

Tradução & interpretação

Reynaldo José Pagura

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAGURA, RJ. Tradução & interpretação. In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. *Tradução &: perspectivas teóricas e práticas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207. ISBN 978-85-68334-61-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TRADUÇÃO & INTERPRETAÇÃO

*Reynaldo José Pagura*¹

Em linhas gerais e para efeitos deste capítulo, chamamos de *tradução* a conversão de um texto escrito em uma língua, denominada língua de partida, para uma outra, designada língua de chegada; consideramos *interpretação* a conversão de um discurso oral, de uma língua de partida para uma língua de chegada. Em resumo, a tradução é escrita e a interpretação, oral. O processo é semelhante, mas as próprias características decorrentes das diferenças entre a escrita e a oralidade acarretam uma operacionalização distinta entre os dois processos, com consequências para discussões teóricas e para a formação de profissionais que atuem na tradução e na interpretação, vistas aqui como duas profissões relacionadas, mas diferentes. Após discutir algumas semelhanças e diferenças, este capítulo se concentrará em questões relacionadas aos Estudos da Interpretação.

1 PUC-SP, Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Departamento de Inglês, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. pagurarj@puccsp.br

Algumas semelhanças e diferenças entre tradução e interpretação

Como mencionado acima, tanto a tradução quanto a interpretação têm como objetivo fazer que uma mensagem expressa em determinado idioma seja transposta para outro, para que seja compreendida por uma comunidade linguística que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida. Pode-se dizer que o tradutor e o intérprete são profissionais que permitem que uma mensagem cruze a chamada “barreira linguística” entre duas comunidades, sendo comum usar a metáfora “ponte” para designar esses profissionais.

Outra semelhança é que tanto o tradutor quanto o intérprete têm de dominar muito bem as duas línguas envolvidas no processo, com os diversos componentes culturais pertinentes a ambas – do texto de partida e do texto de chegada – as comunidades linguísticas, embora ao tradutor baste o domínio da língua em sua variante escrita. Há excelentes tradutores que não são capazes de compreender a variedade oral da língua da qual traduzem. Em outras palavras: compreendem perfeitamente um texto lido na língua estrangeira de trabalho, mas não são capazes de entender um texto semelhante se apresentado oralmente por seu autor, em forma de conferência ou palestra, por exemplo. Esse tipo de profissional possivelmente também teria dificuldades para manter uma conversa no mesmo idioma do qual traduz muito bem um texto escrito. São, na maioria dos casos, pessoas que aprenderam o idioma estrangeiro de partida com ênfase na leitura, sem nunca terem tido grande contato com a forma falada da língua nem terem tido a experiência de viver em um país em que o idioma de trabalho seja falado. Tendo o conhecimento passivo da língua-fonte na forma escrita, nada impede um excelente desempenho como tradutor para sua língua materna, desde que tenha um bom domínio da forma escrita de seu próprio idioma. O intérprete, por outro lado, recebe toda a mensagem original em forma oral e precisa ter total domínio da variante oral da língua de partida, percebendo sutilezas de pronúncia, nuances de entonação e sendo perfeitamente capaz de compreender diferentes variantes regionais do idioma estrangeiro,

inclusive quando utilizado por falantes que não o usam como língua materna – sobretudo os intérpretes que trabalham a partir do inglês, amplamente usado por pessoas que o falam como língua estrangeira, com diferentes níveis de competência. Necessita, é claro, de domínio das formas de expressão oral de seu próprio idioma, ainda que não consiga expressar-se de maneira altamente elaborada quando escreva.

Mais uma semelhança entre o tradutor e o intérprete é que ambos os profissionais devem ser pessoas capazes de compreender e expressar ideias relacionadas às mais diferentes áreas de conhecimento humano, sem ser especialistas nessa área, como são seus leitores ou ouvintes. Não é possível que o tradutor ou intérprete domine a área médica, por exemplo, como se fosse médico. No entanto, os congressos médicos oferecem regularmente interpretação simultânea realizada por intérpretes e não por médicos. O mesmo se aplica a outras áreas de conhecimento como engenharia, economia, marketing etc. O resultado seria, no mínimo, catastrófico caso se colocasse uma dupla de médicos na cabine para interpretar simultaneamente as palestras dos colegas, só por terem eles domínio do assunto, sem que tenham sido treinados como intérpretes, o que, na realidade, dificilmente ocorre – considerando-se que a medicina tem muito maior prestígio social como profissão e, por conseguinte, muito melhor compensação financeira. São também razoavelmente comuns os casos de livros ou artigos traduzidos por especialistas de uma determinada área de conhecimento, mas sem domínio dos princípios básicos do processo de tradução. Na maioria dos casos, os resultados são bastante criticados, já que, algumas vezes, sua leitura é razoavelmente difícil. De modo semelhante, o tradutor ou intérprete que não tenha adquirido o devido conhecimento do assunto causará resultados no mínimo risíveis e, na maioria das vezes, catastróficos. Tanto o tradutor quanto o intérprete devem manter-se atualizados no desenvolvimento constante das áreas de conhecimento com as quais trabalham e consultar especialistas da área, quando necessário. Pode-se dizer, parodiando Fernando Pessoa, que o tradutor ou o intérprete é “um fingidor”, pois escreve ou fala a respeito de um assunto do qual tem conhecimento limitado para especialistas desse assunto.

Passemos agora às principais diferenças entre as duas profissões, que, como foi mencionado antes, são basicamente de operacionalização. Tanto a fonte da mensagem como o resultado do processo se dão em modalidades distintas (escrita e oral), resultando tal fato em diversas diferenças operacionais.

Como mencionado, o domínio dos idiomas e do assunto deve ser de muito bom nível. O intérprete, no entanto, tem de ter excelente domínio das formas de expressão oral de ambos os idiomas. Não seria arriscado dizer ainda que o intérprete terá de ter maior domínio das línguas, do assunto, da cultura-fonte e da cultura-alvo do que o tradutor. Tal afirmação não será temerária quando se consideram as condições de trabalho em que ocorrem os dois processos. No curso de seu trabalho, o tradutor pode interrompê-lo e consultar dicionários, enciclopédias, sites da internet e uma infinidade de obras de referência. Pode ainda consultar colegas tradutores e especialistas da área de conhecimento com a qual esteja trabalhando. Além disso, produz o texto de chegada em seu próprio ritmo, podendo e devendo revisá-lo diversas vezes, até encontrar a melhor forma de expressão ou ainda fazer mudanças se, mais à frente, descobrir um termo mais preciso para determinado conceito. O intérprete, por outro lado, terá de ter adquirido todo o conhecimento necessário e o vocabulário específico antes do ato tradutório em si. Durante o processo de interpretação simultânea, fechado em sua cabine e tendo de tomar decisões em questão de três a cinco segundos, não há tempo para consulta a quaisquer obras de referência, especialistas ou sites de busca na internet. No máximo, poderá ter a ajuda do companheiro de cabine em alguma expressão recorrente no discurso que não lhe tenha vindo à mente de imediato. É claro que o intérprete com boa formação sabe absorver conhecimento da área no decorrer da própria palestra ou do evento em que esteja atuando, mas as bases sobre as quais tal conhecimento será construído têm de ser estabelecidas antes, em sua preparação para o trabalho em questão. Seu conhecimento enciclopédico tem de ser grande, pois é impossível prever quais exemplos ou histórias serão utilizados por um palestrante para ilustrar um determinado assunto. Outro imprevisto de grande importância são as sessões de perguntas

e respostas após uma palestra, situação em que o intérprete normalmente trabalha nas duas direções (do inglês para o português e do português para o inglês, para usar um exemplo comum no Brasil), dependendo de quem faz a pergunta e de quem a responde. Não se pode, em hipótese alguma, prever o rumo que a discussão tomará.

Outra diferença importante é o ritmo em que se dá o trabalho. Apesar de os clientes dos tradutores sempre necessitarem da tradução com urgência, o volume de tradução processado em determinado espaço de tempo será sempre muito menor em sua forma escrita do que na forma oral. Enquanto nas organizações internacionais espera-se que os tradutores de tempo integral traduzam cerca de cinquenta linhas a cada duas horas, um discurso cujo texto transcrito tenha as mesmas cinquenta linhas será interpretado em cerca de oito minutos, conforme dados apresentados por Seleskovitch e Lederer (1989). É óbvio que, nessas condições, não é possível qualquer tipo de revisão na mensagem expressa. Enquanto a tradução é revisada pelo tradutor e, muitas vezes, por um outro leitor, o resultado do trabalho do intérprete é final. Se o que for dito não conseguir transmitir a mensagem, dificilmente haverá tempo para que a mensagem seja reexpressa de maneira diferente. No calor do momento, é raro conseguir “embelezar” o que está sendo dito. No entanto, os intérpretes experientes conseguem, na maioria das vezes, corrigir ou emendar algum sentido mal expresso com uma determinada palavra ou frase, ainda que só o façam normalmente duas ou três frases adiante. Isso exige, porém, bastante segurança e prática por parte do intérprete no próprio processo de interpretação. Caso ele não se dê conta do eventual erro, não há a figura do revisor, que possa corrigir o problema antes que o produto de seu trabalho chegue ao público-alvo como, pelo menos teoricamente, acontece com a tradução escrita. Uma vantagem do intérprete em relação ao tradutor a esse respeito, porém, é que seu trabalho desaparece quando o evento termina, enquanto o trabalho do tradutor, impresso e publicado, permanecerá indefinidamente. O que o ouvinte leva do evento é a compreensão (ou não) de sua mensagem. A forma dificilmente será lembrada pelo próprio intérprete e, muito menos, pelos ouvintes na plateia. A tradução e a interpretação exigem profissionais com características um tanto

diferentes. O tradutor trabalha inúmeras horas sozinho, diante de um computador, com seus dicionários e livros; só às vezes troca ideias de seu trabalho com algum colega, seja pessoalmente, por telefone ou por e-mail, quando em caso de dúvidas ou busca de soluções melhores para determinado problema. A interpretação, por outro lado, é um trabalho de equipe. O intérprete sempre trabalha com outro colega na cabine e, em grandes eventos, há várias duplas de intérpretes. Ele está muito mais envolvido em todo o desenrolar de um evento do que um tradutor, por exemplo, o está na publicação de um livro. Tal como um ator no palco de um teatro, o resultado do seu trabalho é sentido de imediato nas reações da plateia e, sobretudo, nas perguntas ou no debate após uma conferência. Diz-se que os bons intérpretes realmente se mostram nas perguntas e respostas. Quando essa parte da reunião flui sem problemas, fica patente que o trabalho do intérprete está sendo bem desempenhado.

Outra característica importante para o profissional dedicado ao trabalho de interpretação é a capacidade de concentração, de análise e de memória. O texto de partida do intérprete não está à sua disposição indefinidamente. O intérprete (simultâneo) tem de ter a capacidade de concentrar-se no que está ouvindo a fim de processar a informação na mesma hora e reexpressá-la na língua-alvo, sem se descuidar da próxima unidade de sentido sendo enunciada pelo palestrante imediatamente a seguir. O processo é tríplice (ouvir/processar/expressar) e as três etapas acontecem ao mesmo tempo. Na interpretação consecutiva, as duas primeiras etapas ocorrem ao mesmo tempo e a terceira (reexpressão) ocorrerá posteriormente, exigindo ainda mais capacidade de retenção da informação. A capacidade de analisar o conteúdo da mensagem, depreendendo os elementos de coesão que “amarram” a sequência de pensamento do palestrante, é uma habilidade fundamental para o intérprete. Uma vez compreendida a mensagem, seu conteúdo terá de ser retido na mente até o momento de ser expresso na língua de chegada, respeitando-se as características desse idioma e dessa cultura. Não é incomum, porém, que o sentido de um enunciado só se torne claro após diversas frases. Não é obviamente possível que o intérprete espere todo esse tempo para começar

a falar. Nesses casos, o intérprete experiente segue com cautela, utilizando uma “tradução linguística” de maneira calculada, até que a compreensão da ideia lhe permita libertar-se das palavras e partir, uma vez mais, para a reexpressão da mensagem de forma mais distante da sintaxe e léxico da língua de partida e mais adequada à língua de chegada. A concentração tem de ser total, e fica clara a razão pela qual os intérpretes trabalham em duplas e se revezam a intervalos entre vinte e trinta minutos. Nada semelhante ocorre no processo de tradução escrita, pois o texto de partida está à disposição do tradutor para ser consultado tantas vezes quantas forem necessárias e pode mesmo ser lido inteiramente antes de se iniciar a tradução. Os parágrafos podem ser relidos e sua tradução, confirmada ou alterada. A forma de expressão, por sua vez, poderá ser trabalhada até se chegar à melhor escolha possível de palavras ou frases. Em resumo, o trabalho do tradutor tem caráter permanente, enquanto o do intérprete tem como objetivo a comunicação imediata de uma mensagem (para maiores detalhes, veja Pagura, 2003).

Terminologia básica utilizada na prática da interpretação

A fim de ajudar o leitor a melhor compreender diversas menções que serão feitas no restante deste capítulo, transcrevemos a seguir, com mínimas alterações, trecho de um artigo pelo mesmo autor, publicado anteriormente (Pagura, 2003, p.210-3).

Como a terminologia utilizada na interpretação não é de amplo domínio dentre aqueles que não se dedicam a essa atividade, parece interessante explicar aqui alguns dos termos utilizados com frequência. Fala-se, em linhas gerais, em dois *modos* de interpretação: *consecutiva* e *simultânea* (AIIC, s.d.; Child, 1992; Jones, 1998; Seleskovitch, 1978), aos quais o autor acrescenta um terceiro – *intermitente* – que tem características diferentes dos outros dois, como se verá a seguir.

A modalidade *consecutiva* é aquela em que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão de um trecho

significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e apresenta todo o discurso na língua-alvo, normalmente sua língua materna. A época áurea da interpretação consecutiva foi o período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, em que predominavam o francês e o inglês como línguas diplomáticas e de comunicação internacional, e o grande fórum de debates internacionais era a Liga das Nações, com sede em Genebra, na Suíça (Seleskovitch, 1978, p.3). Embora não seja mais utilizada em grandes eventos internacionais, ainda é bastante usada em pequenos grupos, sobretudo quando o evento envolve apenas dois idiomas. É importante ressaltar também que a consecutiva tem papel preponderante no treinamento de intérpretes simultâneos, uma vez que nesse modo se desenvolvem as técnicas que serão fundamentais para o desempenho da simultânea, tais como a capacidade de compreensão e análise do discurso de partida. A modalidade *simultânea* é a mais amplamente utilizada hoje em dia, embora só tenha se firmado no pós-guerra, com as necessidades surgidas no julgamento de Nuremberg, em que se utilizaram quatro idiomas (inglês, francês, russo e alemão) e, quase imediatamente a seguir, com a criação da Organização das Nações Unidas, onde se utilizam seis idiomas oficiais (inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe). Nessa modalidade, os intérpretes – sempre em duplas – trabalham isolados em uma cabine com vidro, de forma a permitir a visão do orador, e recebem o discurso por meio de fones de ouvido. Ao processar a mensagem, eles a reexpressam na língua de chegada através de um microfone ligado a um sistema de som que leva sua fala até os ouvintes, por meio de fones de ouvido ou receptores semelhantes a rádios portáteis. Essa modalidade permite a tradução de uma mensagem em um número infinito de idiomas ao mesmo tempo, desde que o equipamento assim o permita. A interpretação simultânea não ocorre, de fato, simultaneamente à fala original, pois o intérprete tem necessidade de um espaço de tempo para processar a informação recebida e reorganizar sua forma de expressão. Esse breve espaço de tempo recebe o nome tradicional de *décalage*, termo francês usado em todo o mundo. Uma outra forma de se realizar a interpretação simultânea é a chamada interpretação cochichada ou *chuchotage* – termo em francês

também usado por intérpretes de todo o mundo –, em que o intérprete se senta próximo a um ou dois ouvintes e interpreta simultaneamente a mensagem apresentada em outro idioma. Por ser essa a forma mais utilizada hoje em dia, não é nada incomum que as pessoas não familiarizadas com a terminologia profissional chamem de simultânea a qualquer tipo de interpretação que tenham presenciado.

A modalidade *intermitente* (ou *sentence-by-sentence*, ou ainda *ping-pong*) não costuma ser estudada por pesquisadores da área nem é utilizada por profissionais em eventos de caráter internacional. É vista com mais frequência em reuniões nas quais se pede a uma pessoa que fala as duas línguas, via de regra sem qualquer treino em interpretação, para que se coloque ao lado de um palestrante estrangeiro e traduza o que ele está dizendo. O palestrante fala uma ou duas frases curtas e faz uma pausa a fim de que suas sentenças sejam traduzidas para o idioma da plateia. Esse processo centra-se basicamente na tradução das palavras ditas, sem levar em conta diversos outros fatores importantes no processo interpretativo, seja pela própria natureza da situação ou pela falta total de treino da pessoa colocada na posição de intérprete. Algumas pessoas confundem essa modalidade de interpretação com o que os profissionais chamam de consecutiva, já mencionada acima.

Podemos ainda nos referir a diversos tipos de interpretação, em função de onde e quando ocorram (Child, 1992). Os três modos mencionados antes podem ocorrer em todas as situações a seguir. Falamos em interpretação de conferências, interpretação comunitária, interpretação em tribunais, interpretação na mídia, interpretação de acompanhamento ou ligação, interpretação médica, entre outras. A terminologia ainda não está consagrada em português, e é bastante comum os intérpretes se referirem a *escort interpreting* em inglês em vez de utilizarem interpretação de acompanhamento. Não cabe aqui uma explicação sobre cada uma delas, mas deve-se levar em conta que as referências feitas à interpretação no corpo deste capítulo pressupõem basicamente a interpretação simultânea realizada em conferências ou congressos envolvendo participantes que falem línguas diferentes.

Convém também deixar claro que este capítulo não trata de questões relacionadas à interpretação entre línguas de sinais e línguas orais, área que começa a ganhar destaque em seu uso e seus estudos no Brasil, como já ocorre em outros países.

Um pouco da história da interpretação, como profissão, no mundo e no Brasil

A tradução oral, como atividade destinada a possibilitar a comunicação entre pessoas ou grupos pertencentes a diferentes comunidades linguísticas, é infinitamente antiga, havendo exemplos de seu uso nos diversos impérios da Antiguidade e de sua utilização em expedições militares, situações religiosas e reuniões diplomáticas (veja Bowen et al., 1998). No entanto, a profissão em si, desempenhada por profissionais a ela dedicados exclusivamente e recebendo honorários específicos para sua execução, é característica do século XX.

Até o final da Primeira Guerra Mundial, a língua de comunicação entre as nações, em discussões e tratados diplomáticos, era sempre o francês, até então considerada a língua diplomática por excelência, na qual todos os representantes governamentais costumemente se expressavam em suas negociações. A Primeira Guerra Mundial e seu resultado põem em destaque um novo ator no cenário global: os Estados Unidos da América. Com isso, o inglês passa a ser adotado em conferências internacionais, ao lado do francês, a princípio por exigência do presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, e de Lloyd George, primeiro-ministro inglês, nas Conferências de Paz de Paris, realizadas em 1919, a fim de negociar as condições do Tratado de Versalhes e da criação da Liga das Nações – elementos fundamentais do mundo do pós-guerra, ou melhor, do período entre as duas guerras mundiais, de 1919 a 1939.

Com o uso real de duas línguas de trabalho – inglês e francês – nesse contexto, surgem os primeiros intérpretes profissionais, que vieram a se tornar famosos por sua atuação na interpretação consecutiva, na sede da Liga das Nações, em Genebra, na Suíça. Entre esses

pioneiros da profissão incluem-se Jean Herbet, os irmãos George e André Kaminker, Constantin Andronikof, entre outros. Nenhum desses intérpretes teve qualquer formação para atuar como profissional, uma vez que tal formação simplesmente não existia. Eram, no entanto, pessoas de amplo conhecimento geral e excelente domínio do francês e do inglês (além do de outros idiomas). Sua atuação na Liga das Nações se tornou lendária, por atuarem na modalidade consecutiva em discursos que se alongavam por mais de uma hora, sem qualquer pausa.

Ainda no período entre as duas guerras mundiais, começam as primeiras experiências e tentativas relacionadas à interpretação simultânea. Essas experiências se deram, sobretudo, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, organização pertencente à família de organizações da Liga das Nações e que existe hoje em dia no âmbito das organizações da ONU. Também com sede em Genebra, na Suíça, essa organização reunia líderes sindicais e empresários de diversos países do mundo, muitos deles falantes de idiomas diferentes do inglês e do francês, e sem domínio de qualquer língua estrangeira. Nesse contexto, a interpretação consecutiva se torna extremamente demorada, uma vez que um discurso feito em uma língua tem de ser traduzido para diversas outras, uma de cada vez. Foi dessa necessidade de economia de tempo que surgiu a ideia da interpretação simultânea, já nos anos de 1924 e 1925.

De acordo com o relato de Baigorri-Jalón (2000), que toma por base os arquivos originais da Liga das Nações e da OIT, já em 1924 e novamente em 1925, o comerciante e filantropo americano Edward Filene entrara em contato com Eric Drummond, secretário-geral da Liga das Nações, oferecendo-se para financiar a pesquisa e construção de um sistema que viesse a economizar o tempo despendido com as interpretações consecutivas na Liga das Nações e proporcionar a oportunidade de debates mais imediatos. Em 1925, Drummond nomeou um comitê para analisar a questão, que acabou não sendo favorável ao experimento, também rejeitado pelos intérpretes consecutivos atuantes na Liga das Nações. Filene levou sua ideia à OIT, que foi mais receptiva. Como não tinha os conhecimentos técnicos

necessários, associou-se ao professor inglês Gordon-Finlay, que se encarregou das questões técnicas, com o financiamento de Filene. Assim, o sistema veio a ser conhecido como “sistema Filene-Finlay para interpretação telefônica”.

Uma vez que a OIT não funcionava satisfatoriamente com os dois idiomas oficiais – inglês e francês –, o sistema possibilitaria a interpretação para um número infinito de idiomas, desde que houvesse intérpretes e o equipamento necessário. A primeira experiência, ainda em pequena escala, feita na Conferência Internacional do Trabalho em 1925, foi bem avaliada por Caldwell e se repetiu na Conferência Internacional do ano seguinte. Em ambos os casos, o sistema dependia de uma transcrição estenográfica feita do original, que era a seguir traduzida pelo intérprete. Não se tratava, ainda, do que se veio a experimentar mais tarde, a saber, o sistema como o conhecemos hoje, em que o intérprete ouve o original e interpreta diretamente do que ouviu, sem qualquer transcrição. Caldwell chegou à conclusão de que o intérprete deveria ouvir o orador perfeitamente e que a velocidade do orador não deveria ser excessiva. Já em 1926, o intérprete Rabinovitch, que viria a ser um dos pioneiros da ONU, havia experimentado interpretar sem o auxílio da estenografia. Outro intérprete que participou do evento, Kouindjy, sugeriu também que deveria haver uma maneira de se isolar acusticamente o intérprete, para que seu microfone não captasse a voz do orador principal, sem que o intérprete deixasse de ver e, é claro, ouvir o orador. Estavam lançadas assim, em 1926, as ideias que viriam a influenciar todo o sistema de interpretação simultânea posteriormente. Após esses experimentos bem-sucedidos, Filene ofereceu mais 5 mil dólares não só para o aprimoramento técnico do sistema, mas também para que se criasse uma espécie de curso de treinamento na OIT. O sistema foi usado mais uma vez e, pela primeira vez, se descartou a consecutiva entre os idiomas oficiais inglês e francês em algumas sessões da Conferência Internacional da OIT, em 1927, ficando assim demonstrada a enorme economia de tempo proporcionada pelo sistema. Com base apenas na intuição dos organizadores, o curso lançou as bases para os futuros programas de formação de intérpretes: o uso de discursos

verdadeiros de conferências anteriores, progressão do nível de dificuldade dos discursos, interação crítica entre os participantes e seleção final mediante interpretação para uma banca avaliadora.

Em 8 de junho de 1928, ao se iniciarem as sessões plenárias da Conferência Internacional do Trabalho, o sistema entrou em operação com inglês, francês, alemão e espanhol, que funcionaram durante toda a conferência. Em diversas ocasiões, acrescentaram-se ainda o sueco, o holandês e o japonês, além do alemão já utilizado no ano anterior. Durante quatro dias, eliminou-se totalmente a consecutiva “oficial” entre o inglês e o francês. Nos demais dias, manteve-se a consecutiva para os dois idiomas oficiais e se interpretou, a partir da interpretação consecutiva, para os demais idiomas não oficiais mencionados acima. O sistema foi adotado oficialmente pela Organização Internacional do Trabalho após essa conferência de 1928. Para o ano seguinte, foram feitas diversas melhoras técnicas e, conforme os arquivos da OIT citados por Baigorri-Jalón (2000, p.190), os intérpretes já estavam mais familiarizados com a técnica necessária para a simultânea, que ainda se chamava “telefônica”, devido ao uso de fones de ouvido, semelhantes aos usados por telefonistas na época (Pagura, 2010).

Há, ainda, outros grandes eventos em que se usou a interpretação simultânea, na União Soviética e nos Estados Unidos. No entanto, a interpretação simultânea ganha enorme visibilidade nos chamados Julgamentos de Nuremberg, em que os líderes da Alemanha nazista foram julgados pelos grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e França. Assim, esse longo processo jurídico aconteceu em quatro línguas principais – inglês, russo, francês e alemão –, além de contar com depoimentos de vítimas em diversas outras línguas europeias. Como as sessões dos julgamentos tiveram ampla divulgação pela imprensa internacional e como na mesma época era formada a Organização das Nações Unidas, então com cinco idiomas de trabalho – inglês, francês, russo, espanhol e chinês, tendo sido o árabe acrescentado apenas na década de 1970 –, houve a tentativa de se utilizar na ONU o sistema de interpretação usado em Nuremberg, pelo mesmo motivo

que havia ocasionado seu uso na OIT: a grande economia de tempo proporcionada pela interpretação simultânea, quando se utilizam diversas línguas em um mesmo evento. Durante algum tempo, ainda se manteve a consecutiva na ONU, mas a simultânea acabou sendo amplamente adotada nos mais diversos comitês e sessões da organização, por sua praticidade.

Em 1951 foi criada a *Communauté Européene du Charbon et de l'Acier* (CECA), que em 1957 deu origem à Comunidade Econômica Europeia, que veio a constituir a atual União Europeia, criada em 1992 pelo Tratado de Maastricht. A política linguística dessas organizações, desde o início, foi de que todos os países-membros tivessem sua língua oficial representada como língua oficial da organização. Assim, sempre que um novo país se torna membro da atual União Europeia, é preciso contratar intérpretes que tenham a língua desse país entre seus idiomas de trabalho. Como consequência, a Comissão Europeia, com sede em Bruxelas, é hoje o maior empregador de intérpretes do mundo, quer de intérpretes-funcionários permanentes, quer de intérpretes freelance.

No Brasil, a interpretação de conferências como profissão, em sua modalidade simultânea, teve início com um encontro internacional da Organização Panamericana de Saúde, realizado no Rio de Janeiro em 1948. Nesse evento foi utilizado o mesmo equipamento fabricado pela IBM, derivado da patente desenvolvida na década de 1920 no âmbito da OIT, semelhante ao utilizado nos Julgamentos de Nuremberg e na ONU. Atuou nesse evento o intérprete que é conhecido hoje por seus colegas de profissão como o decano da profissão no Brasil, Carlos Peixoto de Castro, residente no Rio de Janeiro. Posteriormente houve uma série de eventos em 1954 em São Paulo, relacionados às comemorações do Quarto Centenário da cidade. Entre as intérpretes que atuaram então estavam Jaqueline Branco, Renata Hammoud e Ingrid Orglmeister, três das futuras fundadoras da Associação Paulista de Intérpretes de Conferências, em 1971, que viria a ser posteriormente denominada Associação Profissional de Intérpretes de Conferências (APIC) e congregaria intérpretes de todo o Brasil. Essa associação, que muito contribuiu para a profissionalização dos

intérpretes no país e teve como primeira presidente Ulla Schneider, ainda hoje atuante na Europa, foi inspirada na Associação Internacional de Intérpretes de Conferências (AIIC), fundada em Paris, em 1953, e hoje sediada em Genebra, na Suíça, que estabelece padrões profissionais para os intérpretes de todo o mundo.

Não é possível, no escopo deste capítulo, trazer mais detalhes sobre a história da profissão no Brasil e no mundo. Essa história pode ser lida, em detalhes, com depoimentos de vários intérpretes dela participantes, na tese de doutorado do autor (Pagura, 2010).

A formação de intérpretes: princípios teóricos e algumas implicações práticas

Há diversos postulados teóricos que influenciam a formação de intérpretes nos mais diversos centros de formação do mundo. Esses pensamentos podem, de fato, ser vistos como complementares, e não como conflitantes. Destacamos aqui o pensamento teórico conhecido como a Teoria Interpretativa da Tradução (também conhecida como *Théorie du Sens*), preconizado por Danica Seleskovitch e Marianne Lederer (1984, 2002), e o chamado Modelo dos Esforços, desenvolvido por Daniel Gile (1995, 2002 [1997] e 2009). Ambos os modelos teóricos são de amplo uso em instituições formadoras de intérpretes em diversos países, inclusive no Brasil, onde servem de embasamento teórico ao curso oferecido na PUC-SP.

Vejamos, primeiro, os princípios da Teoria Interpretativa da Tradução. Seleskovitch (1978) apresenta os três estágios que formam o arcabouço básico da teoria:

1. Percepção auditiva de um enunciado linguístico, que é portador de sentido. Apreensão da língua e compreensão da mensagem por meio de um processo de análise e exegese;
2. Abandono imediato e intencional das palavras e retenção da representação mental da mensagem (conceitos, ideias etc.);

3. Produção de um novo enunciado na língua-alvo, que deve atender a dois requisitos: expressar a mensagem original completa e ser voltado para o destinatário.

Nota-se aqui a origem da teoria, que deriva da forma oral de tradução, quando a autora menciona “percepção auditiva”. Ainda no primeiro estágio, uma vez apreendida a mensagem por meio de sua forma linguística, ela será analisada e compreendida para que se chegue ao sentido, por meio de uma fusão do significado linguístico das palavras e frases com os complementos cognitivos.

Segundo Lederer (1990, p.56-7), há três tipos básicos de complementos cognitivos: contexto verbal, contexto situacional e contexto cognitivo. A respeito do primeiro deles, diz ela:

A fala é enunciada por meio de um fluxo contínuo de palavras, cada palavra contribuindo para o significado das palavras a seu redor e tornando-se mais específica pelas demais palavras que a acompanham. A interação significativa das palavras presentes da memória de trabalho é o primeiro nível de complementos cognitivos; ela acaba com a polissemia das palavras.

O contexto situacional, explica a mesma autora aplicando o conceito à interpretação de conferência, tem a ver com o fato de que

os intérpretes fazem parte do evento no qual estão interpretando. Eles não somente veem o participante, mas sabem quem são e qual sua função ao falar. [...] A consciência do contexto situacional é mais um complemento cognitivo que faz com que se compreendam significados relevantes, eliminando a polissemia.

Por último, o contexto cognitivo é definido como: “um saber latente, desverbalizado, que intervém na compreensão das sequências verbais sucessivas” (Lederer, 1994, p.41). O intérprete “faz uso de sua memória das coisas ditas anteriormente a fim de compreender as sentenças sendo enunciadas” (Lederer, 1990, p.57). Complementando a

noção, a autora explica que o contexto “é cognitivo, uma vez que não mais tem uma forma verbal e contextual, uma vez que deriva de coisas já ditas” (Lederer, 1990, p.57).

Um conceito relacionado ao dos complementos cognitivos mencionados acima é o de bagagem cognitiva (Lederer, 1990, p.58; Lederer, 1994, p.36). Em outras palavras, a bagagem cognitiva é o

conhecimento de mundo que existe independentemente dos atos da fala. É o todo daquilo que conhecemos, seja por experiência, seja por meio do aprendizado. Partes relevantes desse conhecimento são mobilizadas pela cadeia enunciativa e contribuem para a compreensão [do que foi dito]. (Lederer, 1990, p.58)

A bagagem cognitiva se associa aos demais elementos contextuais discutidos antes para, em associação ao significado linguístico das palavras e frases, possibilitar que o intérprete chegue ao sentido daquilo que está sendo dito.

É ainda importante mencionar mais um conceito ligado à teoria em discussão. Como não há relações previamente estabelecidas entre palavras ou expressões de duas línguas diferentes, tais relações são criadas tendo em vista como, onde, quando e por que razão alguma palavra ou expressão é utilizada, como já mencionado nos parágrafos anteriores. As exceções ficam, praticamente, por conta das palavras ditas técnicas, dos nomes próprios (quer sejam de lugares, pessoas ou organizações) e de expressões numéricas. A esse processo damos o nome, em português, de transcodificação (do francês, *transcodage*) (Lederer, 1994, p.46-8; Seleskovitch, 1975, p.11-31) e restringe-se basicamente a palavras que denotem quantidades, a nomes próprios e a palavras ou expressões de natureza técnica. Inclui exemplos como *emphysema* (em inglês) sendo traduzido como enfisema pulmonar em português; ou ainda Moscow tornando-se Moscou, em português brasileiro, ou Moscovo, em português europeu. Nesses casos, não há necessidade de “interpretação” (significando aqui o ato de processar, interpretar o que foi dito no original usando-se a bagagem cognitiva do intérprete e os complementos cognitivos pertinentes), apenas se

utiliza a relação previamente estabelecida entre os dois idiomas e de uso consagrado em ambas as comunidades linguísticas.

O segundo estágio do processo é a chamada desverbalização. O conceito é claramente explicado por Seleskovitch e Lederer (1995, p.24):

O processo da interpretação envolve a percepção de ideias, ou sentido, expressas no discurso. À medida que se percebe o sentido, as formas verbais utilizadas para transmiti-lo desaparecem, deixando apenas a consciência a partir da qual o intérprete pode espontaneamente expressar o sentido, sem estar preso à forma da língua de partida.

Para uma discussão mais detalhada sobre o conceito de desverbalização, fundamental para o pensamento teórico de Seleskovitch e Lederer, indica-se a leitura de Pagura (2012).

O terceiro estágio envolve a chamada reverbalização. É o momento em que o intérprete dá uma nova feição à mensagem já compreendida. Como claramente dito por Seleskovitch (1978, p.9), o novo enunciado deverá atender a dois critérios básicos: a mensagem original deve ser completa, provida de todos os detalhes, e deve refletir as características da língua de chegada. Ao se traduzir do inglês para o português, por exemplo, o discurso em língua de chegada (no caso, português) deverá parecer ter sido produzido originalmente em português, sem traços que denotem sua origem no inglês, quer seja nas escolhas lexicais, sintáticas ou ainda de natureza relacionada aos componentes culturais.

O chamado *Modelo dos Esforços*, proposto por Daniel Gile, trata de questões diferentes das mencionadas por Seleskovitch e Lederer, mas complementares e fundamentais para o processo de formação de intérpretes. Gile (2002 [1997]) observou que mesmo intérpretes profissionais experientes, atuando em condições favoráveis (velocidade normal, boa pronúncia, discurso de complexidade técnica dentro de parâmetros aceitáveis etc.), cometem diversos erros e omissões que não podem ser considerados como consequência de pouco conhecimento linguístico, conhecimento de mundo ou de falta de domínio

da técnica do processo interpretativo. Essa reflexão o levou à elaboração do chamado Modelo dos Esforços na interpretação simultânea, depois adaptado a outros modos de interpretação. A escolha da denominação esforços se deve ao fato de que as atividades desempenhadas pelo intérprete requerem um esforço cognitivo consciente, ou seja, de natureza não automática. Gile propõe a explicação do processo da interpretação simultânea como uma soma de esforços, a saber, a soma dos esforços da escuta, da produção, da memória e da coordenação. Em inglês, o autor resume o processo na seguinte equação: $SI = L + P + M + C$, em que SI (Interpretação Simultânea) = (consiste de) ouvir e analisar segmentos de fala (L), guardá-los na memória de curto prazo (M) e, finalmente, reformular a mensagem na língua de chegada (P) (Gile, 2009, p.168). O (C) representa o esforço de coordenação da capacidade cognitiva de processamento, pois parte da capacidade cognitiva do intérprete tem de ser reservada para a coordenação dos outros três esforços, uma vez que, se um deles exigir capacidade cognitiva excessiva, os demais ficarão prejudicados.

Ainda segundo Gile (2009, p.182-3), os intérpretes trabalham sempre próximos a uma saturação cognitiva, devido às necessidades da capacidade total de processamento cognitivo ou às necessidades de processamento cognitivo exigido por um dos esforços. A esse fenômeno o autor denomina *Hipótese da Corda Bamba* (*The Tightrope Hypothesis*). Ao se privilegiar um dos esforços, os demais ficarão atendidos de maneira insuficiente pela capacidade cognitiva do intérprete, gerando erros e omissões. Muitos intérpretes relatam que falhas no processo interpretativo ocorreram porque um determinado discurso foi muito rápido ou muito denso (em termos informacionais). Em outras palavras, esses intérpretes não tiveram a capacidade cognitiva necessária para processar o discurso ou trechos dele com a velocidade requerida. Assim, ao se privilegiar, por exemplo, o esforço da escuta (L) ou da memória (M), o esforço da produção (P) apresentou erros ou omissões.

Considerando-se as reflexões teóricas brevemente discutidas acima, não é difícil propormos algumas questões de natureza prática relacionadas à formação de intérpretes. A primeira delas é de que o

currículo de um curso para a formação de intérpretes deve ser diferente do oferecido para a formação de tradutores. Considerando-se as diferenças já mencionadas antes, não é concebível que se pretenda formar intérpretes e tradutores a partir de um currículo único. Desnecessário dizer, a formação de intérpretes deve ser feita no âmbito da oralidade – exercícios escritos encontram muito pouca justificativa para o processo. Como condição prévia para admissão a um programa de formação de intérpretes, o candidato deverá sempre demonstrar bom domínio da língua materna e de uma ou mais línguas estrangeiras, sempre em suas variantes orais, dependendo de como se organize o programa. No Brasil, via de regra, os poucos programas existentes centram-se no par linguístico inglês/português, o que faz sentido tendo em vista que essa combinação linguística domina o mercado de interpretação no país. Nos programas europeus, é comum se exigir uma língua estrangeira ativa (denominada língua B) e uma ou mais línguas estrangeiras passivas (denominadas línguas C), de acordo com a classificação da AIIC, já mencionada. Esse domínio é condição prévia necessária e indispensável para a formação de intérpretes. Os programas de formação desses futuros profissionais não têm como seu objetivo o ensino de línguas. O domínio das línguas de trabalho antecede a formação de intérpretes propriamente dita e as duas coisas não se confundem.

Outro princípio consagrado nos programas de formação de intérpretes de todo o mundo é a precedência, em termos curriculares, da formação em interpretação consecutiva, à da formação em simultânea. Considerando-se a ênfase no processo da desverbalização dada por Seleskovitch e Lederer, o domínio da técnica da consecutiva é fundamental para que o intérprete aprenda a desverbalizar, ou seja, a se concentrar no sentido da mensagem e não na sua forma. Ao focar no processo da compreensão, fundamental para a interpretação, é na consecutiva que o futuro intérprete aprenderá, por absoluta necessidade, a centrar-se no conteúdo e não nas palavras. Ainda que em um trecho curto – digamos de três minutos – não é possível, mesmo que desejado, lembrar-se de todas as palavras ditas no original para que as convertêssemos uma a uma para a língua de chegada.

É esse distanciamento entre escuta (esforço L) e reexpressão (esforço P) que forçará a desverbalização.

Não existem pesquisas empíricas para comprovar a importância de a consecutiva preceder a simultânea na formação de intérpretes. No entanto, há diversos fatos que apontam para essa tendência. Ainda em finais da década de 1950, Gerard Ilg, professor da então denominada Escola de Intérpretes, da Universidade de Genebra, dava bastante ênfase a essa precedência da consecutiva no curso pioneiro da escola (Ilg, 1959). Em artigo em um dos mais tradicionais periódicos da área de Estudos da Tradução, a intérprete canadense Thérèse Nilski menciona que

as melhores escolas europeias, as que formam um grande número de intérpretes praticantes competentes, descobriram que, para ensinar a simultânea de modo aceitável, têm de voltar a uma das formas mais antigas de interpretação, que está desaparecendo: a *consecutiva*. (Nilski, 1967, p.48; grifo da autora)

Na ESIT (École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs, Université de Paris – Sorbonne Nouvelle) e no ISIT (Institut Supérieur d'Interpretation et Traduction – Institut Catholique de Paris), o primeiro dos dois anos de curso é dedicado, exclusivamente, à interpretação consecutiva. É preciso que os alunos sejam aprovados em consecutiva para que lhes seja permitido prosseguir o curso em seu segundo ano, que se dedica à formação em simultânea (ver, entre outros, Mackintosh, 1995; Seleskovitch; Lederer, 2002 e Gile, 2005). Daniel Gile, importante pesquisador da área e professor da ESIT, ao mencionar a ausência de pesquisas que indiquem a importância de a consecutiva preceder a simultânea, afirma que, se surgirem problemas na “passagem da consecutiva para a simultânea”, “é desejável realizar exercícios intensivos de consecutiva com os alunos, para levá-los de volta ao caminho certo” (Gile, 2005, p.134). As expressões utilizadas pelo pesquisador, tais como “passagem da consecutiva para a simultânea” e “levá-los de volta ao caminho correto”, claramente demonstram sua opinião da importância de a simultânea

ser precedida, durante a formação, pela interpretação consecutiva (Pagura, 2013, p.262-3).

O ensino da consecutiva deverá sempre ter início pela ênfase na escuta, no processo de ouvir e se concentrar no sentido da mensagem, em vez de na forma. Um exercício inicial interessante é a paráfrase, em que se reproduz oralmente, e na mesma língua, um pequeno trecho apreendido por meio da escuta. O objetivo aqui é claro: o aluno perceberá que é possível repetir o mesmo conteúdo, ainda que de forma diferente, em termos de escolhas sintáticas e lexicais. Os trechos podem (e devem) ficar mais longos e mais complexos, em termos de conteúdos informacionais. Podem ser reproduzidos na mesma língua em que foram ouvidos e também na outra língua da combinação linguística dos alunos. No entanto, nessa fase inicial, evitam-se sempre as notas. Se os alunos começarem muito cedo a tomar notas, haverá a mudança de foco no esforço cognitivo: diminuirá a concentração na escuta e processamento, a fim de se concentrar no que Gile denomina de esforço N (*note-taking*), na aplicação do Modelo dos Esforços para a interpretação consecutiva (Gile, 2009, p.175). Não se deve perder o foco principal, que é ensinar o aluno a escutar, e não a tomar notas. O processo das notas é bastante posterior – deve ocorrer quando o aluno já aprendeu a ouvir e desverbalizar, ou seja, consegue se lembrar da mensagem e não de sua forma. As notas só deverão ser introduzidas mais tarde, a fim de que os alunos aprendam a lidar com os elementos transcodificáveis do discurso, como datas e outros valores numéricos, ou ainda siglas. Esse processo é tão importante que há programas de formação de intérpretes que trabalham todo um semestre com a consecutiva sem notas, só introduzindo a consecutiva com notas em um semestre subsequente.

Só quando o processo de análise da informação na consecutiva estiver plenamente dominado é que os alunos deverão passar à formação em interpretação simultânea. Se o processo da consecutiva estiver bem seguro, a transição para a simultânea é bastante simples, uma vez que o processo de escuta e análise é o mesmo. Os alunos deverão habituar-se à mecânica de ouvir e falar ao mesmo tempo, sem que

uma coisa atrapalhe a outra, mas esse processo, em si, é relativamente simples, oferecendo muito menos problemas do que o leigo imagina, desde que o hábito de escutar e analisar esteja bem dominado. Em geral, a formação em simultânea começa sempre da língua B para a língua A (da língua estrangeira ativa para a língua materna), a fim de evitar problemas no esforço P, que obviamente oferecerá menores obstáculos quando a reexpressão se dá na língua materna do aluno, em que não há dúvidas de pronúncia, por exemplo, ou da melhor expressão para uma determinada ideia, desde que a mensagem esteja devidamente processada. Se esse processo for iniciado muito cedo – antes do domínio da técnica da consecutiva – haverá uma tendência de os alunos, em uma estratégia inconsciente de sobrevivência na cabine, traduzirem palavras isoladas e trechos de frases, sem atenção ao contexto em que são utilizadas. A rapidez de processamento exigido pela interpretação simultânea impedirá a análise adequada do que está sendo ouvido, se o aluno não estiver habituado a analisar a mensagem de modo sólido. A tradução de palavras sem qualquer preocupação com o sentido é sua reação natural, para que tenha a sensação de estar produzindo algum tipo de discurso – no caso, uma amostra totalmente insatisfatória, uma vez que não cumprirá o objetivo fundamental da interpretação, que é a comunicação.

Referências

- AIIC. *Advice to Students Wishing to Become Conference Interpreters*. Genebra: AIIC, [s.d.].
- BAIGORRI-JALÓN, J. *La interpretación de conferencias: el nacimiento de una profesión*. De París a Nuremberg. Granada, Espanha: Comares, 2000.
- BOWEN, M. et al. Os intérpretes que fizeram história. In: DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. (Orgs.). *Os tradutores na história*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998. p.257-304.
- CHILD, J. *Introduction to Spanish Translation*. Lanham, MD: University Press of America, 1992.

- GAIBA, F. *The Origins of Simultaneous Interpretation: the Nuremberg Trial*. Ottawa, Canadá: University of Ottawa Press, 1998.
- _____. *Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- _____. Conference interpreting as a cognitive management problem. In: PÖCHHACKER, F.; SHLESINGER, M. (Orgs.). *The Interpreting Studies Reader*. Londres: Routledge, 2002 [1997].
- _____. Teaching conference interpreting: a contribution. In: TENNENT, M. (Org.). *Training for the New Millenium*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- _____. *Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training*. Revised edition. Amsterdam: John Benjamins, 2009.
- GILE, D. *Basic concepts and models for interpreter and translator training*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995a.
- _____. *Regards sur la recherche em interprétation de conférence*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995b.
- _____. Conference interpreting as a cognitive management problem [1997]. In: PÖCHHACKER, F.; e SHLESINGER, M. (Orgs.). *The Interpreting Studies Reader*. London and New York: Routledge, 2002.
- _____. Teaching conference interpreting: a contribution. In: TENNENT, M. (Org.). *Training for the new Millenium*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- ILG, G. L'enseignement de l'interprétation à l'École d'Interprètes de l'Université de Genève. *L'Interprète*, v.14, Genebra, 1959.
- JONES, R. *Conference Interpreting Explained*. Manchester: St. Jerome, 1998.
- LEDERER, M. The role of cognitive complements in interpreting. In: BOWEN, D.; BOWEN, M. *Interpreting: yesterday, today and tomorrow*. American Translators Association Scholarly Monograph Series, v.4, Binghamton, NY: SUNY, 1990.
- _____. *La Traduction aujourd'hui: le modèle interprétatif*. Paris: Hachette, 1994.
- MACKINTOSH, J. A review of conference interpretation: practice and training. *Target*, v.7, n.1, p.119-33, 1995.
- NILSKI, T. Translators and interpreters – siblings or a breed apart? *Meta*, Montreal, v.12, n.2, p.45-9, 1967.
- PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.19, n.especial, p.209-36, 2003.

- PAGURA, R. *A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros*. São Paulo, 2010. 232f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- _____. A teoria interpretativa da tradução (théorie du sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. *TradTerm*, São Paulo, v.19, p.92-108, 2012. Disponível em: <<http://tradterm.vitis.uspnet.esp.br>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- _____. A formação de intérpretes: questões institucionais e metodológicas. In: REICHMANN, T.; STRÄTER, T. *Übersetzen tut not/Traduzir é preciso*. Berlin: Walter Frey, 2013.
- SELESKOVITCH, D. *Langage, langues et memoire: étude de la prise de notes en interprétation consécutive*. Paris: Minard, 1975.
- _____. *Interpreting for international conferences*. Tradução de *L'Interprete dans les conférences internationales: problèmes de langage et de communication*. Trad. Stephanie Dailey e E. Norman McMillan. Washington, DC: Pen and Booth, 1978.
- _____.; LEDERER, M. *Interpréter pour traduire*. Paris: Publications de la Sorbonne/Didier Érudition, 1984.
- _____. *Pédagogie raisonnée de l'interprétation*. Paris: Didier Érudition; Bruxelas: Office des publications officielles des Communautés européennes, 1989.
- _____. *A Systematic Approach to the Teaching of Interpretation*. Trad. Jacolyn Harmer. [S.l.]: The Registry of Interpreters for the Deaf, 1995.
- _____. *Pédagogie raisonnée de l'interprétation*. 2e. édition corrigée et augmentée. Paris: Didier Érudition; Bruxelas: Office des publications officielles des Communautés européennes, 2002.